

NOTA TÉCNICA FUNDAJ-CIEG 30/AGOSTO/2020

Após um ano do início da contaminação por petróleo nas praias, a Fundaj disponibiliza ampla pesquisa sobre os impactos causados pelo desastre

Pesquisadores da Fundaj publicam os resultados de extensa pesquisa junto aos nove estados nordestinos atingidos pela contaminação do petróleo nas praias em 2019.

Data: 30/08/2020, às 14h de Recife.



Há exatamente um ano, no dia 31 de agosto de 2019, começaram a aparecer em diversas praias nordestinas, culminando em praias da região Sudeste, porções de tamanhos variados de petróleo cru que contaminaram os ambientes costeiros, especialmente os manguezais, estuários de rios e lagoas, bem como as praias e cidades costeiras. Isto afetou profundamente as populações tradicionais que vivem da pesca nestes locais, bem como as diversas cadeias econômicas que, de

alguma maneira, dependem dos atrativos e recursos naturais desses ambientes. Desde então, a **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (Fundaj)**, por meio da sua Diretoria de Pesquisas Sociais, vem realizando uma extensa pesquisa sobre o desastre econômico e socioambiental provocado pelo derramamento de petróleo nas praias nordestinas, intitulada “Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Contaminação por Petróleo nas Praias do Litoral da Região Nordeste”.

Até o momento ainda não existe uma causa comprovada sobre a origem dessa extensa contaminação, inclusive com novas ocorrências esporádicas sendo observadas em algumas praias. Entretanto, a ocorrência de novas pequenas manchas em marés de sigízia provavelmente decorre do desprendimento de material sedimentado ou localizado em bancos de corais.

Nesse sentido, os resultados apresentados pela pesquisa da Fundaj até o momento mostram a dimensão dos impactos causados, especialmente junto às populações de alta vulnerabilidade que dependem dos recursos pesqueiros desses ambientes costeiros. A pesquisa também evidenciou os prejuízos econômicos relacionados ao turismo, ambulantes, bares e restaurantes.

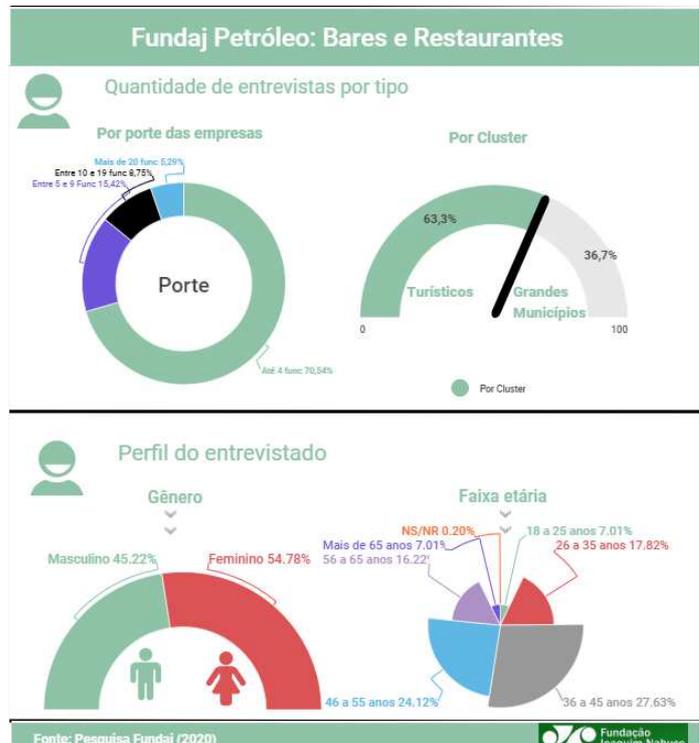
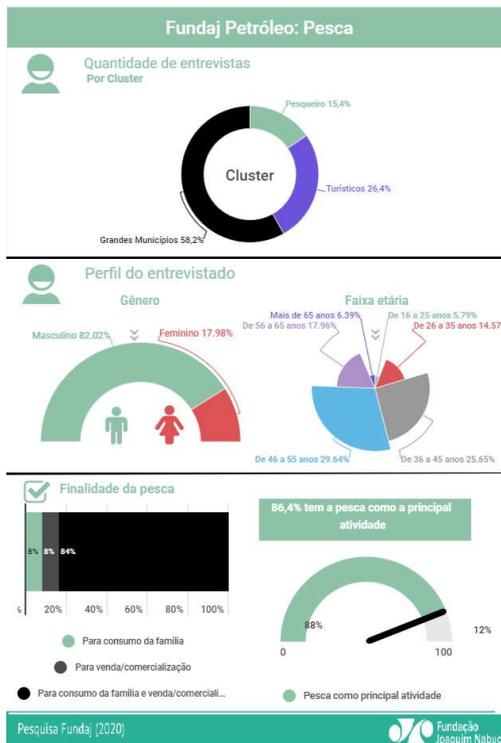
O estudo foi dividido em duas etapas, sendo uma de mapeamento das praias e outra de entrevistas junto aos grupos sociais objeto do estudo. Para a primeira etapa, foram mapeadas 201 praias em nove estados. Utilizando várias imagens do satélite ótico francês (Sentinel 2) mais recentes, os pesquisadores, contando com a colaboração de estagiários do Departamento de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizaram através dessas imagens de Sensoriamento Remoto um mapeamento temático que identificou as áreas com afloramento rochoso, corais submersos, corpos d’água, vegetação, faixa de areia e áreas urbanizadas. A cartografia praial pioneira foi definida a partir de pontos GPS coletados pelo IBAMA em 20/10/19, gerando mapas que cartografam cada uma das 201 praias e abrange, cada um, uma área de superfície no terreno de 4 x 1 km.

Todas as imagens de satélite e os mapas temáticos elaborados na pesquisa estão disponíveis no site da Fundaj, no Menu Dipes/Cieg (www.fundaj.gov.br/cieg). Os principais resultados evidenciados nesse mapeamento referem-se à cobertura e uso do solo nas praias. Apenas nas praias contaminadas em Alagoas, por exemplo, cerca de 390 ha podem ter sido atingidos pelo petróleo, inclusive em extensas áreas de maguezais na foz do rio São Francisco. Em Pernambuco, foram 260 ha de corais e 692 ha de mangues e vegetação nativa que podem ter sido afetados pela contaminação em 11 municípios no estado.

Na segunda etapa, os pesquisadores realizaram aproximadamente 4 mil entrevistas junto a grupos sociais nos municípios que, de alguma forma, foram diretamente impactados pela contaminação nas praias, nos nove estados nordestinos.

Os municípios com maior vulnerabilidade socioeconômica e ambiental foram aqueles especializados na pesca artesanal, sendo estes de pequeno porte, possuem níveis de IDH baixos, menor concentração de renda, maiores taxas de analfabetismo, menor escolaridade das pessoas ocupadas, maiores taxas de mortalidade infantil, maior razão de dependência e pequena infraestrutura de saúde. Quanto à diferenciação entre bares e restaurantes especializados em frutos do mar, por exemplo, foi identificada uma perda de faturamento médio de 29,9%, sendo que os demais a perda foi de 10,7%.

Com relação aos meios de hospedagem, 21,6% dos 29 estabelecimentos entrevistados realizaram alguma ação de marketing para fazer frente às notícias do derrame, sendo que os meios de hospedagem de municípios turísticos foram relativamente mais proativos que os de municípios grandes.



Os destaques mais importantes referentes à pesca nesta etapa estão relacionados ao fato de que 81,2% dos pescadores entrevistados são homens, sendo a média de idade de 46,5 anos. Apesar do conhecido alto percentual de mulheres que praticam a pesca (50%), em sua maioria estuarina, elas são de mais difícil acesso para entrevistas. As pesquisas geralmente são realizadas em portos de desembarque da pesca costeira, realizada em sua grande maioria por homens.

Declararam-se pretos ou pardos 87,2% dos entrevistados, sendo que 69,4% possuem escolaridade até o segundo ciclo do fundamental incompleto. Nesse grupo, o consumo e a venda são os principais destinos da produção: 91,9% consomem ou vendem; 8,1% apenas vendem e 88% têm a pesca como principal fonte de renda. A pesquisa também registrou que 59,5% das famílias possuem a pesca como a única atividade econômica.

Dentre os pescadores artesanais entrevistados, 82,1% consideram que a pesca reduziu nos últimos 10 anos, 40,4% relataram que estuários e/ou manguezais próximos foram atingidos e 67,5% relataram queda de renda por conta do petróleo nas praias. A redução da renda média entre os pescadores foi de 37,28%.

Os ambulantes foi outro grupo social objeto de entrevistas pela pesquisa. Nesse grupo, 72,2% dos entrevistados são os chefes das famílias, seu serviço de ambulante é a principal fonte de

renda para 81,8% dos casos, 82,6% dos ambulantes relataram que o petróleo atingiu uma das praias em que trabalha, 64,6% relataram alterações na renda.

Dentre as conclusões, a pesquisa destaca que a pesquisa destaca que as gestões locais de municípios menores não estão preparados para calamidades – parte da resposta ao derrame do petróleo deve ser o fortalecimento das administrações locais, provavelmente com a criação de consórcios. Também se confirmou a hipótese inicial de que o impacto do derramamento do petróleo não é homogêneo entre os municípios, logo as políticas de mitigação dos efeitos do derrame do petróleo devem ser desenhadas por tipo de município. É importante que essas ações tenham coordenação federal, principalmente em desastres de grande proporção territorial como o caso em tela. Em casos de derramamento de óleo no mar, a coordenação é prevista em lei. O Plano Nacional de Contingência para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional é o instrumento de gestão de risco de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, que está previsto no Decreto 8127/2013. As ações que envolvem o turismo devem ser de criação de diversificação de opções, pois, embora os municípios grandes apresentem impactos menores à sociedade como um todo, os danos ao meio ambiente são sempre de grande magnitude e intensidade.

Para apresentar e discutir com as populações envolvidas no processo os resultados da pesquisa, a Fundaj realizará em setembro próximo um ciclo de três debates virtuais, por meio do seu canal YouTube na Internet. Alguns relatórios parciais já estão publicados e disponibilizados na página da pesquisa no site Fundaj e em breve o relatório final também estará disponível. A página da pesquisa ainda disponibiliza o banco de dados, as notas técnicas e os infográficos que podem ser baixados por pesquisadores, alunos e professores interessados no tema com livre acesso.

LUIS HENRIQUE ROMANI CAMPOS

NEISON FREIRE

BEATRIZ MESQUITA

TARCÍSIO QUINAMO